

Segregação socioespacial em Itapuranga-go

La segregación espacial en Itapuranga-go

The sociospatial segregation in Itapuranga-go

Nivaldo Ferreira de Souza

Especialista em Educação Gestão Ambiental
Prof. da Rede Estadual de Educação / Goiás
nivaldo_auri@hotmail.com

Wagner Alceu Dias

Mestre em Geografia – IESA/UFG
Prof. do Curso de Geografia UEG – UnU de Formosa
wagneralceudias@msn.com

Resumo

A segregação socioespacial nas cidades é um processo inerente ao desenvolvimento do modelo de produção capitalista. Nesta pesquisa, a cidade de Itapuranga-GO, localizada na Microrregião de Ceres, será nosso objeto de estudo para tratar dos variados problemas sociais causados pela forma de produção e reprodução do capital. À medida que o solo do campo passa a ser parte do solo urbano, sua valorização é exponencialmente ampliada, deixando de ser vendido em medidas de alqueires para dar lugar à comercialização de lotes. Percebe-se, portanto, que a maneira de organização de uma cidade sempre vai estar relacionada às tendências de (re)produção das relações sociais de produção, haja vista que os espaços segregados são reflexos peculiares à própria produção do espaço, conforme uma sociedade capitalista.

Palavras-chave: Itapuranga, segregação, socioespacial, cidade.

Resumen

La segregación socioespacial en las ciudades es un proceso inherente al desarrollo del modelo de producción capitalista. En esta investigación, la ciudad de Itapuranga-GO, ubicado en la microrregión de Ceres, es nuestro objeto de estudio para hacer frente a diversos problemas sociales causados por la forma de producción y reproducción del capital. A medida que el suelo del campo se convierte en parte de la tierra urbana, su valor se incrementa exponencialmente, dejando que se venden en las medidas de bushels para hacer espacio para la comercialización de los lotes. Está claro, pues, que la forma de organización de una ciudad siempre estará relacionado con las tendencias de la

(re) producción de las relaciones sociales de producción, teniendo en cuenta los espacios segregados son reflexiones propias de la producción del espacio como una sociedad capitalista .

Palabras clave: Itapuranga, segregación, socioespacial, ciudad.

Abstract

The sociospatial segregation in the cities is a typical process in the development of capitalist production model. In this research, the Itapuranga city, located in the Ceres city's microregion – state of Goiás/Brazil – , will be the object of studying in order to treat the various social problems provoked by the capital's mode of production and reproduction. As the countryside solo becomes part of the urban soil, its value is exponentially enriched, ceasing to be sold in bushels measures to be negotiated in lots. It is evident, therefore, that the city manner of organization will be always related to tendency of (re)production of social relations of production, considering that the segregated spaces are the intrinsics effects of space's production, according to a capitalist society.

Keywords: Itapuranga, segregation, sociospatial, city.

Introdução

Nosso propósito aqui é abordar e identificar as características do processo de segregação sócioespacial na cidade de Itapuranga, Goiás. Neste âmbito, para fazermos esta análise foram necessárias pesquisas e estudos sobre o tema proposto, envolvendo os problemas ora citado.

No primeiro item discutiremos alguns pressupostos, relatando conceitos e origens da segregação. A partir de tais conceitos e origens, desenvolveremos uma discussão teórico-metodológica capaz de conferir a organização socioespacial de Itapuranga, a partir da subversão econômica, responsável pela produção dos espaços segregados.

Já no segundo item, iremos discutir as particularidades deste processo como parte da produção urbana, identificando as causas e efeitos das contradições tensificadas à sua população. Os resultados quase sempre são compreendidos como verdadeiros complexos urbanos, transformados em tecido caótico do qual o antigo se confunde, e o novo carece, quase sempre de qualidade. Onde o desconforto, as agressões, e a

desordem são as notas dominantes. Isto nos aparece como uma maldição a que, em nome do progresso, não poderemos fugir. Para o sistema econômico vigente, o capitalismo, essa desigualdade social, que é uma sincronia, funciona de forma desigual e combinada para seu funcionamento.

No terceiro item, integraremos o primeiro item com o segundo para discutir a segregação socioespacial na cidade de Itapuranga-GO. É nesse âmbito que nossos esforços se concentrarão em tensionar os conceitos de segregação a partir da base concreta, onde se realiza relações sociais dos Itapuranguenses. Para a escrita deste item, será preciso fazermos uma pesquisa de campo, com entrevistas e observação de todo o território de Itapuranga, da qual pretendemos obter resultados que possa sustentar os enfoque que tendem a identificar os espaços segregados.

Esta situação envolve os diferentes tipos e desenvolvimento dos lugares, que por sua vez pode ser observado com mais clareza, uma vez que, segundo a ótica da modernidade os contrastes da (des)organização espacial das cidades são entendidos com naturalidade, sem qualquer crítica ao sistema de produção capitalista, que traz consigo a exploração em busca de lucros, disseminando a desigualdade social juntamente a uma estruturação residencial fragmentada, na qual podemos observar as partes de baixa infra-estrutura, indicadas e vistas como áreas causadoras de problemas, enquanto que, áreas bem equipadas de infra-estrutura são ocupadas por pessoas bem sucedidas financeiramente.

A origem da segregação na cidade

Iniciando com Silva (1993, p.29), é possível dar mais apreço ao presente trabalho, pois ele indaga que “A origem da segregação residencial remonta desde o aparecimento da cidade e das classes sociais, entretanto, é com o capitalismo que a questão (natureza e significado) assume uma dimensão maior dividindo a fragmentação das classes sociais”. Na medida em que o solo do campo passa a ser parte do solo urbano, sua valorização é exponencialmente valorizada, deixando de ser vendida em medidas de alqueires para comercialização de lotes. Nessa transição, a renda adquire uma roupagem de poder, afirmando uma legitimidade na ocupação das áreas mais disputadas dentro da cidade. Esta manifestação é caracterizada pelo modo de produção

capitalista que, através da divisão territorial do trabalho, promove repartições residenciais demarcadas pela classe social. Conforme Gama & Dias:

O sistema capitalista traz consigo a exploração em busca de lucros, disseminando a desigualdade social, juntamente a uma estruturação residencial fragmentada, na qual podemos observar as partes de baixa infraestrutura, indicadas e vistas como áreas causadoras de problemas. Estas áreas possuem mecanismos próprios, com uma população que se identifica uns com os outros, pela sua ideologia, que quando tão intensificada a um só grupo, pode fluir a solidariedade, ou a violência coletiva. (2003, p.18)

O espaço urbano, entretanto, é contínuo fisicamente, possui asfaltos, mercados, clubes para lazer, açougues, restaurantes, enfim, todo um aparato de instalações que possa contemplar uma cidade. Mas, por outro lado, a cidade é fragmentada por circuitos de consumo e de participação. O muro que separa ou que segrega é simbólico, artificialmente produzido pela produção e reprodução do capital, constituindo uma cidade ofuscada pela ganância e pelo individualismo humano. Park (1993, p.62) pontua que “Os processos de segregação estabelecem distâncias morais que fazem da cidade um mosaico de pequenos mundos que se tocam, mas não se interpretam”. Os mais fracos financeiramente são vítimas da acumulação de tempo nos espaços urbanos, pois suas possibilidades se limitam diante de uma estrutura urbanística que quase sempre compromete ao impressionar. As políticas públicas são responsáveis por grande parte das segregações. No anseio de administrar a cidade, as lideranças políticas tendem a fazer uma varredura na cidade, limpando do centro o que é “feio” e “indesejado”, construindo as casas populares em setores que vão se solidificando e criando características típicas de segregação socioespacial; situação identificada por Villaça (1998) ao referir que a segregação é dialética. Alguns têm a capacidade de mobilidade, podendo morar na cidade onde lhes for conveniente, já outros são condenados a residir em áreas compatibilizadas com sua renda.

Bessa e Soares (1997, p.157) descrevem que “Como toda e qualquer cidade capitalista, apresenta em sua estrutura urbana processos segregacionais e espoliativos, em que a população desprivilegiada é gradativamente marginalizada no processo de construção do espaço urbano”. A segregação na cidade é um processo inerente, quase que natural no desenvolvimento do espaço urbano, embora algumas variantes contribuam para sua intensificação. A exemplo disso, é notada a personificação do

progresso pela modernização, fato que potencializa os efeitos colaterais do capitalismo. Na intenção de acalentar todo o cidadão à sua moradia própria, surge o que Santos (2007) chama de cidade corporativa. É a construção de casas populares. Mas a iniciativa não se manifesta na resolução, ou amenização do problema da moradia. Pelo contrário. Vai acentuar a extensão da cidade horizontalmente passando a despertar especulações entre os corretores. Para tanto, cerca de 70% dos beneficiados vendem suas casas não suportando a valorização do terreno. São corrompidos pelo valor do mercado, procurando novamente um espaço que lhes permitam morar sem muita diferenciação entre sua comunidade. Peluso (1997, p.236) esclarece a observação com mais categoria ao afirmar que “Em sociedades mercantilizadas como a nossa, a casa é uma mercadoria a ser apropriada e, para os pobres, significa uma acumulação simbólica, num mundo em que a acumulação material é interdita para a maioria da população”.

Villaça (2001, p.147), ao dialogar com Lojkine, concorda com este autor quando alega haver três tipos de segregação urbana: “1) oposição entre centro e periferia, onde o preço do solo é mais barato; 2) separação entre zonas de moradia de alta e baixa renda; 3) zonas especializadas em: escritórios, indústrias, residências etc”. A primeira segregação ocorre em detrimento dos “arranjos espaciais”¹, entendendo que os centros são espaços que aglutinam as condições básicas para a sadia qualidade de vida, restando para a periferia o descaso, até mesmo pela atuação do capital. No centro há a produção e a reprodução do capital. Na periferia há a produção e a reprodução da mão-de-obra. Apesar da seletividade do valor do solo entre centro e periferia ser visível, não obstrui sua perfeita combinação para o fortalecimento das relações de produção capitalistas.

A segunda maneira de segregação pode ser percebida sem muitos esforços. Basta um olhar sobre as imponências paisagísticas dos setores que concentram pessoas de classe alta, como é o caso dos condomínios fechados. Do outro lado vê-se a existência de uma paisagem padecida, sem muitas considerações arquitetônicas. Logo veremos que ali residem pessoas pobres, de poucas conquistas, vivendo temporariamente numa normalidade urbana. Tal paisagem é arremetida por Corrêa,

Em relação ao onde morar é preciso lembrar que existe uma diferenciação espacial na localização das residências vistas em termos de conforto e

¹ Expressão utilizada por Gouvêa (1995), para justificar que o solo urbano não é apenas um cenário de lutas de classe, mas um espaço onde o capital tende a produzir e reproduzir.

qualidade. Esta diferença reflete, em primeiro lugar, um diferencial do valor da terra, que varia em função da acessibilidade e amenidades. Os terrenos de maior valor são ocupados pelas melhores residências, enquanto à medida que o valor da terra diminui, a qualidade das residências diminui. (2005, p.133)

Já o terceiro comportamento de segregação faz emergir os espaços especializados. Contudo, segundo Corrêa (2005), o acúmulo de escritórios e indústrias não se enquadram como segregação, mas sim como práticas espaciais que variam entre centralização, descentralização e coesão. Para esse autor, predominam os espaços segregados apenas os espaços relativos à ocupação residencial. A condição da segregação, entretanto, se engendra no modo de produção e reprodução das relações sociais num dado tempo e num dado espaço. Santos (2006, p.85) faz uma exposição sobre a concepção do espaço e do tempo, que contribui para um melhor entendimento dos mecanismos espaciais que acabam por segregar com mais veemência. Leia-se:

O espaço-tempo corresponde justamente à capacidade dos sujeitos sociais de usar o espaço, de inseri-lo em seu encadeamento pessoal ou societário de tempos parciais. Desse modo, os sujeitos individualizam o espaço, apropriam-se dele e o obrigam a transmitir-lhe um valor que se integra à sua atividade, conquanto nos cálculos tradicionais não se reconheça como tal o papel do espaço na formação do valor dos bens ou serviços (ibidem).

A reflexão sobre espaço-tempo implica referenciar atenções ao estilo de apropriação do solo urbano e, por conseguinte, o caráter produtivo do próprio espaço. Nesta circunstância pode ser acrescido um teor maior aos meios pelos quais uma cidade se estabelece, uniformizando processos com tendências à heterogeneidade dos lugares. Para aplicar um teor maior de contundência aos relatos, utiliza-se Corrêa (2005, p.131) pronunciando uma breve interpretação do conceito de segregação: “A segregação é um processo que origina a tendência a uma organização espacial em áreas de ‘forte homogeneidade social interna, e de forte disparidade social entre elas”.

De acordo com as discussões acerca da origem da segregação, percebe-se que a maneira de organização de uma cidade sempre vai estar relacionada às tendências de produção das relações sociais, haja vista que os espaços segregados são frutos de comportamentos advindo da própria produção do espaço.

O espaço segregado pela cidade

Na formação de uma cidade, em especial de pequeno porte como Itapuranga, é impreterível a discussão em torno das relações sociais que se ampliam e modificam simultaneamente. Estevam (2004) afirma que a mineração, a lavoura e a pecuária foram atividades econômicas responsáveis pela formação dos arraiais de Goiás, constituindo um complexo palco produtivo que deu início à estruturação das cidades goianas. Diante do tripé de atividades econômicas, Itapuranga se consolidou a partir de práticas agropecuárias. Todavia, por ser uma cidade bem posicionada em relação às outras pequenas cidades como Heitorai, Morro Agudo de Goiás, Guaraíta, etc., o seu setor de serviços também ganhou expressividade nos últimos anos. Por exemplo, em 2005 o Produto Interno Bruto de Itapuranga foi de 115.700 mil reais, e 60,36% desse valor foi adicionado nos serviços.

Para esclarecer como essa lógica se facciona, dialoga-se com Vianna (1966), pois discorre que o meio urbano é resultado de atividades desenvolvidas no campo, pois foram lá que iniciaram as primeiras relações socioespaciais, acrescentando, ainda, que a passagem da organização rural para a organização urbana foi uma evolução social. Nesse raciocínio, pode-se então chegar à conclusão de que a cidade é a fundição das manifestações socioespaciais justapondo ao tempo. Certifica-se, portanto, que Castilho (2007) estava certo ao retratar o espaço como guardião de tempos, acrescentando que ele é histórico. Todavia, caracterizando a cidade como um processo socioespacial advindo da acumulação de tempo, a inquietação nesta ótica parte em entender como essa evolução social foi se modernizando a ponto de se materializar com tanta complexidade e subversão. Nesse sentido, Carlos (2001, p.71) afirma que “nessa perspectiva, a cidade é pensada enquanto trabalho social materializado, objetivado, que aparece na articulação do construído e o não construído”.

Paulatinamente, as relações sociais vão se firmando e afirmando enquanto espaço. A sociedade passa a viver no compasso das transformações enunciando uma sublime modernização, assim compreendido por Souza (1999, p.255) “Modernização, portanto, é um conceito usado para definir o processo de transformação da sociedade que ocorre, inevitavelmente, com a lenta difusão de instituições surgidas em resposta a modificação estrutural da economia pela industrialização progressiva”. Entretanto, não é errôneo afirmar que as transformações ocorridas na sociedade também vão significar

mudanças na organização espacial. Esta interferência de categorias será o resultado e o reflexo da materialidade social, visto que a cidade, neste caso Itapuranga, faz parte de um mesmo embrião, a produção do espaço. Carlos, sintetiza que,

A análise social da cidade, no que se refere ao processo de produção, revela a indissociabilidade entre espaço e sociedade, na medida em que as relações sociais se materializam num território real e concreto, o que significa dizer que, ao produzir sua vida, a sociedade produz/reproduz um espaço, enquanto prática sócio-espacial. (2004, p.19)

Portanto, com a colaboração dos autores, estabelece a prerrogativa da percepção das modificações do espaço, em que Lefebvre (1991) categoricamente afirma que produzir é produzir espaço. Porém, considera-se essencial a explicação de Corrêa (2002, p.55): “Em segundo lugar, a organização espacial é, como já vimos, expressão da produção material do homem, resultado do seu trabalho social. Como tal, refletirá as características do grupo que a criou”. Subjugando as contribuições dos referidos autores, nosso propósito aqui é de identificar, em Itapuranga, o arcabouço de organização socioespacial frisando as particularidades heterogênicas percebíveis na paisagem, como também os comportamentos sociais que demonstrem indícios da segregação socioespacial.

No âmbito da presente análise, será necessário utilizar as categorias de análise da Geografia, sendo elas: lugar, paisagem, território, região, natureza, sociedade. Cavalcanti (2001, p.12) argumenta que “são essas categorias que vão orientando um determinado olhar para a cidade”. Território e sociedade serão essenciais para o bosquejo da análise urbana, contribuindo na produção de um trabalho que seja relevante à realidade atual, exaltando os espaços segregados em Itapuranga. Logo percebe-se que será por via territorial que a análise se envergará de fato, pois para entender a confusa organização socioespacial e seus frequentes conflitos, suas disputas, sua apropriação e sua produção de espaço se faz necessário conceber o território como campo de poder e das relações, aclamado por Raffestin (1993). Neste propósito, o território nos possibilita fazer uma leitura espacial política, econômica e cultural da população itapuranguense.

A materialização dos espaços segregados em Itapuranga se apregoa pela meticulosidade da ação do capital, tanto na produção quanto em sua reprodução. Os arranjos são espaciais, pelos quais a população é submetida, procurando encontrar seu lugar de moradia. Villaça (1998) e Santos (1993) concordam em pontuar que a renda de

cada cidadão vai ser determinada pela sua localidade dentro da cidade. Os espaços mais privilegiados, munidos de infraestrutura, logicamente, serão mais valorizados do ponto de vista do capital, o que supõe uma ocupação por pessoas de classe média alta, restando então os espaços menos procurados, com baixo preço imobiliário, para a moradia da classe de baixa renda. Esse quadro é perfeitamente demonstrado por Castilho e Dias que anotam a seguinte interpretação:

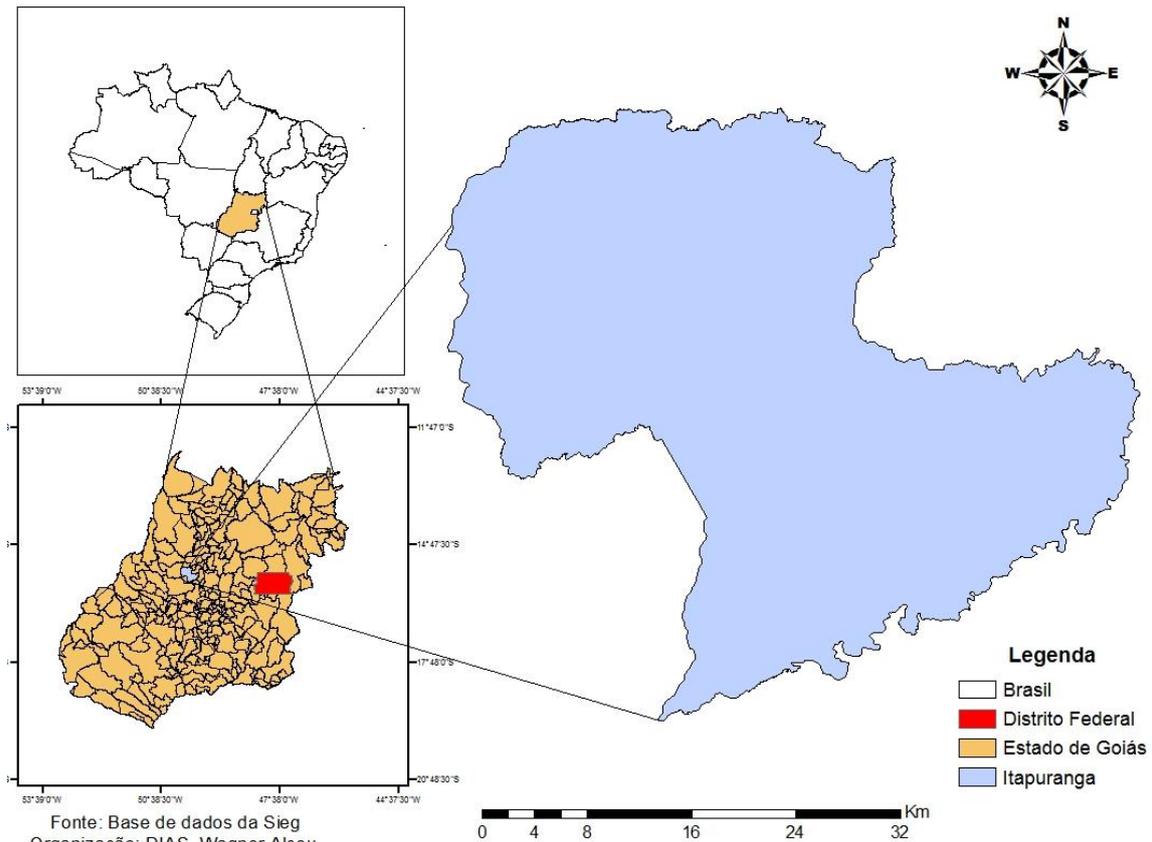
O fenômeno socioespacial da segregação traz para as cidades uma visível diferenciação/fragmentação dos lugares – ou parcelamento que constituem verdadeiros guetos. Acima de tudo, a segregação é um processo social ligado, principalmente, a renda, mas que está diretamente relacionado ao espaço. Isto nos possibilita explicar a diferenciação dos lugares. (2007, p.04)

Na abordagem anteriormente colocada, emerge uma questão crucial para o exercício da análise interpretativa da materialização dos espaços segregados. A renda é um elemento significativo para que as pessoas se estabeleçam em ambientes pertinentes ao seu padrão de vida, formando diversos bairros residenciais diferenciados, mas que não sugere a culminante formação de espaços segregados. Souza (1996, p.54) discorre que “os condomínios exclusivos são os símbolos máximos do que se pode designar como auto-segregação...”. Nesta perspectiva, a segregação enunciada por Souza pode ser descaracterizada conceitualmente se for apreciada apenas e unicamente via renda. A renda é um elemento condutor, mas não preponderante na formação dos espaços segregados. No caso específico da auto-segregação, deve-se essencialmente ser considerada a localização geográfica e sua maneira de ocupação do solo. Dessa forma, o processo de segregação acentua as particularidades do lugar, tornando-os heterogêneos, o que caracteriza uma nova perspectiva, pois cada grupo social reage de maneira diferente, na apropriação dos espaços urbanos.

A materialização dos espaços segregados na cidade de Itapuranga-GO

O município de Itapuranga, que pode ser observado no mapa 01, faz parte dos 22 municípios que formam a Microrregião de Ceres, localizada na Mesorregião Centro Goiano. Sua extensão territorial é de 13.163,014 km², contando com uma população de 24.832 (vinte e quatro mil, oitocentos e trinta e dois) habitantes, segundo estatísticas do IBGE levantada em 2007, dos quais 19.090 (dezenove mil e noventa) habitam a zona urbana e 5.742 (cinco mil, setecentos e quarenta e dois) estão situados

na zona rural. Em 2008, a Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação (SEPIN) calculou um acréscimo da população, passando para 25.337 (vinte e cinco mil, trezentos e trinta e sete) habitantes. Os municípios Carmo do Rio Verde, Faina, Goiás, Guaraíta, Heitorai, Morro Agudo de Goiás, São Patrício e Uruana são limítrofes à Itapuranga.



Ainda, de acordo com as pesquisas feita na SEPIN, foram registrados 5 (cinco) hospitais, 87 (oitenta e sete) estabelecimentos industriais, 1(um) estabelecimento de ensino superior (Universidade Estadual de Goiás-UEG), 243 (duzentos e quarenta e três) estabelecimentos do comércio varejista, 4 (quatro) estabelecimentos bancários sendo 1 (um) Banco do Brasil S.A., 1 (um) Bradesco S.A., 1 (um) Banco Itaú S.A. e 1 (um) banco Caixa Econômica Federal (CEF). Em 2006 existiam 1.947 empregos formais. Na agricultura, o maracujá, o milho, a melancia, a mandioca e, ultimamente, a cana-de-açúcar estão se destacando pelas suas proporções de produção.

A produção socioespacial da cidade de Itapuranga é condicionada pela reprodução das classes sociais, encontradas nos 14 (quatorze) bairros que formam o perímetro urbano da referida cidade dos quais são: Valéria Perillo, Vila Odete, Sandra Vilela, Vila Santana, Conjunto Fraternidade, Vila Mutirão, Parque Alvorada, Condes dos Arcos, Veredas, Milton Camilo, Joaquim da Silva, Vila Marilda, Setor Vera Cruz e Setor Central. Dentre os bairros acima citados, serão apresentados os dados referentes às pesquisas realizadas nas ruas da cidade de Itapuranga, juntamente com seus moradores, na tentativa de compreender a dinâmica socioespacial que ora se incumbe em segregar as residências.

A Vila Odete é um conjunto habitacional, cuja inauguração aconteceu a 19 (dezenove) anos atrás, em 14 de junho de 1994. Foram aproximadamente 80 (oitenta) casas populares construídas. Em entrevistas, foi constatado que um número considerável de moradores contemplados pelo imóvel não se encontravam no setor. A movimentação residencial é consequência da gradativa valorização dos imóveis. Na época da sua inauguração, o lote estava numa estimativa de R\$ 2.000,00 a R\$ 5.000,00. Hoje, esse mesmo lote está um consideravelmente mais elevado, girando em torno de R\$ 25.000,00 a 30.000,00. A valorização enaltece as especulações, por conseguinte, o proprietário pertencente à classe de baixa renda submete-se à oferta do mercado, vendendo seu imóvel no propósito de comprar outro onde a sua localização ainda se encontre sem infraestruturas. Para Santos é suficiente em afirmar que;

Havendo especulação, há criação há criação mercantil da escassez e acentua-se o problema do acesso à terra e à habitação. Mas o déficit de residências também leva à especulação, e os dois juntos conduzem à periferização da população mais pobre e, de novo, ao aumento do tamanho urbano. (2008, p.106)

Para aclamar e afirmar com dados reais o contexto mencionado acima, faz-se importante frisar a construção do conjunto habitacional Sandra Vilela, constituído por 100 (cem) casas. Sua criação aconteceu no ano de 1998, após 4 (quatro) anos da inauguração da Vila Odete. Os valores dos imóveis neste setor caminham juntos. Mas, para avaliações mais precisas da valorização dos setores, Vila Odete e Sandra Vilela, haverá a necessidade de identificar as variantes que agregam o valor. Para isso recorreremos à asseveração de Carlos (2004):

Isto é, a intervenção do Estado no espaço, seja diretamente, através de infraestrutura, seja através das políticas urbanas, incentiva o deslocamento das atividades, transforma as funções dos lugares, consequência do movimento de valorização/desvalorização dos lugares. No caso da valorização, esta é apropriada pelo setor imobiliário, enquanto a desvalorização, é socializada, apontando a degradação da vida, pois em muitos casos, a intervenção do estado, destrói a morfologia do cidade, reduzindo drasticamente as possibilidades de uso. (p.121)

101

As lideranças políticas, através de metas de planejamento e desenvolvimento, conseguem alterar o valor do imóvel dos setores mais pobres. Os referidos setores foram beneficiados por rede de esgoto, pavimentação asfáltica, iluminação, juntamente com água tratada. Tais aditamentos trouxeram conforto para alguns e transtorno para aqueles que se encontravam com dificuldades financeiras. Não conseguem suportar as especulações, sendo praticamente induzidos a vender seu imóvel para comprar outro em locais desprovidos de infraestrutura que, certamente, será mais barato. Essa ocorrência caracteriza os créditos de Villaça (1998), que enuncia a segregação como um processo dialético. Na medida em que os moradores adjuntos de um determinado setor vão se identificando pela renda, a seleção prenuncia a segregação dos que continuam no setor e dos que saem, segregando em outro setor.

A Vila Santana é um setor bem estruturado, com mais de 30 anos de construção, portanto as especulações pouco valeram na mobilidade dos moradores. Durante os 30 anos houve uma intensa movimentação de moradores, mas hoje boa parte já reside há 10 anos. Do período da inauguração até os dias presentes, segundo pesquisas, os valores dos imóveis dobraram de preços.

No Parque Alvorada, Setor Comercial, Condes dos Arcos, Veredas e Milton Camilo, os preços dos imóveis são basicamente semelhantes, diferenciando apenas pelo empreendimento da arquitetura. Nos respectivos setores, é verificada uma população de alta renda. Basta verificar a paisagem bem definida que enuncia uma pujança de reprodução do capital. Outros conjuntos habitacionais pesquisados além desses dois foram: Valéria Perillo, Fraternidade e Vila Mutirão, desses três setores pesquisados o mais antigo é o Conjunto Fraternidade com mais ou menos 134 (cento e trinta e quatro) moradias, onde foram construídas casas de parede e meia, inexistindo um mínimo de privacidade do morador.

Em 1987, foi construído o Conjunto Vila Mutirão com aproximadamente 100 (cem) casas, cujos materiais utilizados no lugar dos tijolos foram placas de muro, o

que traz um desconforme significativo para os moradores que, na época do frio, reclamam que elas não esquentam, e na estação do verão não suportam o calor, que é muito intenso. O levantamento das casas foi feito em forma de mutirão, termo e maneira muito utilizados nas zonas rurais. Devido à inviabilidade de maiores empreendimentos nas atuais casas, os lotes ou casas não tiveram aumento em seu valor.

Entre os conjuntos habitacionais mais recentes temos o conjunto Valeria Perillo, construído em 2004. Neste setor foram doados 126 (cento e vinte e seis) lotes, o proprietário recebia o lote juntamente com o material. A construção da casa era incumbência do proprietário. Nas pesquisas realizadas em Itapuranga sobre o preço dos loteamentos e casas, pode-se constatar que há uma grande variação de preços, mesmo nos bairros distantes do centro.

Na leitura panorâmica das territorialidades de Itapuranga, fica evidente que seu espaço, enquanto produto de uma sociedade moderna, é marcado e demarcado por diferentes processos de produção e reprodução do capital. As temporalidades desiguais perpetuaram na paisagem dos bairros e setores da cidade de Itapuranga, exaltando uma miscelânea de classes sociais, das quais se identificam pela sua condição de moradia. As ruas percorrem por toda a cidade, mas nem sempre ligam as relações sociais entre os lugares. Os bairros, por via localização geográfica, podem ser considerados próximos. Há indícios que comprovam que suas relações afetivas talvez nunca tenham se aproximado. Diante desse impasse, Itapuranga é constituída de bairros com relações socioespaciais fragmentadas, assim como Lefebvre (1999, p.124) assinala, “A separação e a segregação rompem a relação. Constituem, por si só, uma ordem totalitária, que tem por objetivo estratégico quebrar a totalidade concreta, espedaçar o urbano. A segregação complica e destrói a complexidade”.

Fortemente associado ao contexto intraurbano, a segregação socioespacial ganha maior conotação no labor das relações sociais, na apropriação do espaço para a produção do território. O conceito referido a pouco apregoa sua validade amparada nas pesquisas e nas leituras espaciais realizadas na cidade de Itapuranga, que foram capazes de explicar e identificar as dinâmicas vivenciadas cotidianamente, do modo como Bueno (2000, p.64) complementa: “Nesta nova forma de vida existente no cotidiano de um bairro contemporâneo, as relações sociais são pouco expressivas, pois a maior parte do tempo e gasta nos meios de transporte, trabalho, na escola e no lazer dentro de

casa ou em clubes setorizados por diferentes segmentos sociais”. Na complexa trama urbana, se desenrola mecanismos capazes de imprimir uma sociedade solitária, individualista, financiada pela exploração do modo de produção capitalista, onde as desigualdades sociais são cada vez mais agravantes, condenando o indivíduo a viver sobre limites da sua própria impotência de acumulação de capital. Lamentavelmente essa é a triste realidade da vida urbana.

Considerações Finais

O artigo aqui presente é fruto de um trabalho que não se mensurou esforços para sua pesquisa. A inspiração para sua conclusão parte da observação do município de Itapuranga-GO na sua forma mais acabada, aspirando ao conceito de cidade e que, de acordo com diversos autores fomos capazes de tencionar alguns conceitos com a prática vivida pelos moradores de Itapuranga-GO.

Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, confere que, a cidade é fruto do trabalho coletivo de uma sociedade. Todavia, o que a Lei se refere, não é o que expressa. Sua materialização constituída pelas edificações arquitetônicas denuncia uma ruptura das classes sociais realizadas pela apropriação e pela produção do espaço. Chaveiro e Anjos (2007, p.185) fazem uma complementação pautando em proferir que “uma sociedade tem seu valor mediado pelo modo como a sociedade urbana estabelece significação ao uso do solo. Componentes como a localização, o acesso e a imagem produzida, bem como a infra-estrutura compõe a dinâmica do valor de uso do solo urbano”. Porém, é percebido que a população urbana de Itapuranga é esquartejada em detrimento da sua renda, de seu poder aquisitivo.

A evidente proposta nesta pesquisa é pronunciar a segregação socioespacial em Itapuranga-GO, a partir de uma leitura das urdiduras que se desenrolam em seu perímetro urbano. Entendemos que toda e qualquer organização socioespacial é produto e reflexo das condições social da população. Somado a tal afirmação, o Estado possui participação ativa na corroboração das distintas classes sociais pelas políticas públicas, consideradas atenuantes do processo de manutenção do poder dos dominantes, que consequentemente submete os subalternos a uma dependência cada vez mais perversa, denotando o controle pleno sob seus moradores.

É perante a afirmação acima que nossas inquietações se inspiram, deflagrando afirmações contundentes sobre o modo de ocupação do solo urbano, realçando o resultado que identifica o poder aquisitivo como elemento essencial no processo de segregação socioespacial. A situação do segregado não está propriamente em sua localização, mas na sua conduta financeira e participativa da ordem normativa da cidade. As análises e os argumentos processados durante a pesquisa vêm para contribuir com uma parcela significativa da formação territorial de Itapuranga-GO.

Referências

- BRASIL, Câmara dos Deputados. **Estatuto da cidade**: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília: Coordenação de Publicação, 2001.
- BUENO, E. P. **Segregação sócio-espacial**: a (re) produção de espaços em Catalão-GO. (Mestrado em Geografia), IGE/ UNESP, Rio Claro, 2000.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Contexto, 2004.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. 5 ed., São Paulo: Contexto, 2001.
- CASTILHO, D.; DIAS, W.A. Segregação Socioespacial em Cidades Locais. In: X Eregeio – Encontro Regional de Geografia, 2007, Catalão-GO. **Anais**. Catalão-GO: AGB, 2007.
- CASTILHO, Denis. **Tempo do Espaço, Tempo da Vida**. Uma leitura socioespacial de Heitorai. Goiânia: Ellos, 2007.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia da Cidade**. Goiânia: Alternativa, 2001.
- CHAVEIRO, Eguimar Felício; ANJOS, Antônio Fernandes dos. A periferia urbana em questão: um estudo socioespacial de sua formação. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 27, n. 02, jan./jun. 2007.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. 3 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- _____. **Região e Organização Espacial**. 7 ed., São Paulo: Ática, 2002.
- ESTEVAM, Luiz. **O Tempo da Transformação**. Goiânia: Editora da UCG, 2004.
- GOUVÊA, L. A. **A Capital da Segregação e do Controle Social**. Fortaleza: EUFC, 1997.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

PARK, Robert Ezra. A Cidade: sugestão para investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Gilberto (org.). **O Fenômeno Urbano**. Trad. Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PELUSO, Marília Luiza. A casa própria e o sonho. In: SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, Maria Clélia Lustosa; DANTAS, Eustógio Wanderley C. (Orgs). **A cidade e o urbano**. Fortaleza: EUFC, 1997. p.235-243.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A., SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). **Território Globalização e Fragmentação**. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7 ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SILVA, Carlos Alberto F. A segregação residencial sob a ótica das escolas de Chicago e Neoclássica. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 13, n° 1, p.29-44, jan./dez. 1993.

SOUZA, Nelson Mello e. **Modernidade: a estratégia do abismo**. 2 ed. São Paulo: Unicamp, 1999.

VIANNA, Francisco José Oliveira. **Evolução do Povo Brasileiro**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1966.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

Recebido para publicação em agosto de 2013

Aprovado para publicação em novembro de 2013